

AVISO DE PRIVACIDADE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATÁ

A **Câmara Municipal de Gravatá**, localizada na Praça Rodolfo de Moraes, s/n, Centro, CEP 55.645-120, na cidade de Gravatá/PE, entende como extremamente relevantes os registros eletrônicos e os dados pessoais deixados por você (“Titular”) na utilização do Portal da Transparência da **Câmara Municipal de Gravatá**, servindo o presente Aviso de Privacidade para regular, de forma simples, transparente e objetiva, quais dados pessoais serão obtidos, assim como quando e de qual forma eles poderão ser utilizados.

O Aviso se aplica ao tratamento de dados realizado quando da navegação do nosso Portal da Transparência, sendo a **Câmara Municipal de Gravatá** considerada Controladora dos dados pessoais.

O presente Aviso descreve a finalidade e forma de tratamento de seus dados pessoais e se aplica público em geral, englobando a forma com que tratamos os dados pessoais desses titulares.

1. DEFINIÇÕES

Para que a leitura do Aviso de Privacidade seja facilitada, disponibilizamos abaixo tabela com os termos e definições utilizados por nós para que você possa consultar caso surjam dúvidas.

TERMO	DEFINIÇÃO
Dado pessoal	Qualquer informação relacionada a pessoa natural, direta ou indiretamente, identificada ou identificável
Dado Pessoal Sensível	Categoria especial de dados pessoais referentes à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de carácter religioso, filosófico ou político, referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos relativos à pessoa natural
Titular	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais, tais como antigos, atuais ou potenciais clientes e seus colaboradores, contratados, parceiros comerciais e terceiros
Controlador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

TERMO	DEFINIÇÃO
Tratamento	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem: a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração
Anonimização	Processo por meio do qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, considerados os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento
Consentimento	Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada

2. QUAIS DADOS PESSOAIS UTILIZAMOS?

Ao acessar o Portal da Transparência e os serviços disponibilizados, por meio de um computador ou de um dispositivo móvel, algumas informações poderão ser coletadas automaticamente, incluindo o tipo de dispositivo móvel que você usa, o ID exclusivo do seu dispositivo, o endereço IP do seu dispositivo, o seu sistema operacional, o tipo de navegador de Internet que você usa, identificadores de dispositivo exclusivos e outros dados de diagnóstico (“Dados de Uso”).

Além disso, realizaremos a coleta das informações inseridas ativamente por você quando preencher os seguintes formulários disponíveis no nosso Portal:

- (a) **“Fale Conosco”**: nome, e-mail, telefone, assunto, entidade e demais informações que você forneça no campo “mensagem”.
- (b) **“Ouvidoria Eletrônica”**: nome, documento, e-mail, telefone, endereço, bairro, estado, cidade e demais informações que você forneça nos campos referentes à natureza da ocorrência.

3. HÁ O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS?

A **Câmara Municipal de Gravatá** não coleta em seu Portal da Transparência dados pessoais sensíveis, ou seja, não há o tratamento dos dados em questão considerados sensíveis pela Lei nº 13.709/2018

4. PARA QUAL FINALIDADE TRATAMOS OS DADOS PESSOAIS

O tratamento dos dados pessoais tem como finalidade predominante a prestação de serviços, bem como o atendimento a determinações legais, como o exercício de controle externo, disponibilização de pedidos realizados de acordo com a Lei de Acesso à Informação, garantia de participação, entre outros. Assim, os dados são utilizados conforme exemplos abaixo:

- Comunicação da Câmara Municipal de Gravatá com o cidadão, para mantê-lo informado sobre os assuntos para os quais se cadastrou, como por exemplo resultados de solicitações à ouvidoria, de pedidos de acesso à informação, entre outros;
- Registro de acesso para fins de controle de frequência de visita ao Portal da Transparência;
- Atendimento a determinações legais, como o exercício do controle externo (art. 71, e seguintes, da Constituição Federal), disponibilização de pedidos feitos por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), garantia de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei 13.460/2017).

Em alguns casos, também poderemos tratar seus dados pessoais quando necessário para o cumprimento de obrigação legal ou com base em seu interesse legítimo, sempre no limite do quanto é esperado por você, e nunca em prejuízo aos seus interesses, direitos e liberdades fundamentais.

Além disso, poderemos entrar em contato com você caso tenha preenchido o formulário para nos contatar.

5. COM QUEM COMPARTILHAMOS OS DADOS PESSOAIS?

Poderemos compartilhar os seus dados pessoais com:

- i. Autoridades, entidades governamentais ou outros terceiros, para a proteção de seus interesses em qualquer tipo de conflito, incluindo ações judiciais e processos administrativos;
- ii. Mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição;

Quando houver a necessidade de compartilhar seus dados pessoais, limitaremos ao mínimo necessário, bem como não permitiremos que nossos provedores de serviço utilizem tais dados para fins diversos do contratado, e garantiremos que esses terceiros realizem o tratamento em consonância com o quanto disposto na LGPD.

6. PODERÁ HAVER A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS?

Via de regra, não compartilhamos seus dados pessoais internacionalmente. Caso isso ocorra, adotaremos as salvaguardas necessárias que protejam os seus dados pessoais e, sempre que possível, utilizaremos mecanismo de transferência internacional de dados exigidos pelas normas aplicáveis de proteção de dados.

Poderá acontecer de os dados pessoais serem armazenados em nuvem em servidores fora do país. Nesses casos, será avaliado o nível de adequação da empresa com as leis gerais de proteção de dados em seu respectivo país.

7. COMO MANTEMOS OS DADOS PESSOAIS SEGUROS?

Utilizamos os meios razoáveis de mercado e legalmente requeridos para preservar a privacidade e proteger os dados pessoais que coletamos no nosso Portal da Transparência.

Como forma de garantir a segurança e a confidencialidade de seus dados pessoais, limitamos o seu acesso somente àqueles que realmente precisam conhecê-los para desempenho de suas funções.

Além dos esforços técnicos, também adotamos medidas institucionais visando a proteção de dados pessoais, de modo que mantemos uma estrutura e um programa de governança em privacidade aplicado às nossas atividades, constantemente atualizados.

Embora adotemos os melhores esforços no sentido de preservar a sua privacidade e proteger seus dados pessoais, nenhuma transmissão de informações é totalmente segura, de modo que não podemos garantir integralmente que todos os dados que recebemos ou enviamos não sejam alvo de acessos não autorizados perpetrados por meio de métodos desenvolvidos para obter informações de forma indevida.

Por esse motivo, nós incentivamos você a tomar as medidas apropriadas para se proteger, como, por exemplo, mantendo confidenciais todos os nomes de Titular e senhas, sendo certo que tais informações são pessoais, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade sua.

8. QUANDO CONSERVAMOS OS DADOS PESSOAIS?

Visando proteger a sua privacidade, os dados pessoais tratados serão automaticamente eliminados quando deixarem de ser úteis para os fins para os quais foram coletados, ou quando você solicitar sua eliminação, exceto se a sua manutenção for expressamente autorizada por lei ou regulação aplicável.

Contudo, as informações poderão ser conservadas para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, transferência a terceiro – desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados – e uso exclusivo da **Câmara Municipal de Gravatá**, inclusive para o exercício de seus direitos em processos judiciais ou administrativos.

9. QUAIS OS SEUS DIREITOS?

Em cumprimento à regulamentação aplicável, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, nós respeitamos e garantimos a você a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos seguintes direitos:

- Direito de confirmação e acesso. Você pode solicitar a confirmação da existência de tratamento e acesso aos seus Dados Pessoais por meio de informações claras sobre a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento.
- Direito de retificação. Você pode requerer a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação. Você pode solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados Pessoais que você entenda que estão sendo tratados de maneira contrária a esta Política ou em desconformidade com a legislação de proteção de Dados Pessoais aplicável.
- Direito de oposição. Você pode se opor ao tratamento de seus Dados Pessoais que não sejam realizados com base no seu consentimento, caso você entenda que tal tratamento está violando seus direitos.
- Direito de portabilidade. Você tem direito solicitar a portabilidade de seus Dados Pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto em formato estruturado e interoperável.
- Direito de exclusão. Você pode pedir a eliminação dos seus Dados Pessoais tratados com o seu consentimento anterior.
- Direito de não fornecimento do consentimento. Você pode se recusar ao tratamento de Dados Pessoais realizado com base no seu consentimento a qualquer momento.
- Direito de revisão. Você pode solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado, caso entenda que elas estejam afetando seus interesses.

Além disso, empreenderemos todos os esforços para atender aos pedidos no menor espaço de tempo possível, no entanto, fatores justificáveis, tais como a complexidade da ação requisitada, poderão fazer com que sejamos impedidos de realizar um rápido atendimento.

Por fim, você deverá estar ciente de que a sua requisição poderá ser legalmente rejeitada, seja por motivos formais (a exemplo de sua incapacidade de comprovar sua identidade) ou legais (a exemplo do pedido de exclusão de dados cuja manutenção é livre exercício de direito pela **Câmara Municipal de Gravatá**).

10. COMO FALAR COM A CÂMARA SOBRE PRIVACIDADE?

O Encarregado pela Proteção de Dados (DPO) da Câmara Municipal de Gravatá é o escritório ATRA Advogados Associados, sendo o Dr. Ernani Teixeira Ribeiro Junior a pessoa natural responsável.

Para que você exerça algum de seus direitos previstos neste Aviso ou na legislação pertinente, ou se você tiver dúvidas, comentários ou sugestões referentes a este Aviso, você pode entrar em contato com a nossa Equipe de Privacidade e Proteção de Dados pelo formulário

- “Fale Conosco”: <https://transparencia.gravata.pe.leg.br/app/pe/gravata/2/fale-conosco>

11. E OS COOKIES?

Cookies são arquivos ou informações que podem ser armazenadas em seus dispositivos quando você visita o website ou utiliza os serviços do Portal de Privacidade. A Câmara Municipal de Gravatá utiliza cookies e tecnologias de rastreamento semelhantes para rastrear a atividade em seu Portal da Transparência e manter certas informações.

Caso queira maiores informações sobre o uso de Cookies pelo nosso Portal da Transparência, acesse a nossa Política de Cookies.

12. E SE ESTE AVISO FOR ALTERADO?

Quaisquer alterações que fizermos neste Aviso serão publicadas nesta página. Por favor, volte com frequência a esta página para verificar se o Aviso foi atualizado.

13. LEGISLAÇÃO E FORO

Este Aviso será regido, interpretado e executado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 13.709/2018, independentemente das leis de outros Estados ou países, sendo competente o foro de domicílio do Titular para dirimir qualquer dúvida decorrente deste documento.

Atualizado em 14/08/2024